

Servidores de Campos fazem história

Fotos: Bianca Lessa

Contra política de remoção, servidores de Campos cruzaram os braços por duas horas

Os servidores de Campos dos Goytacazes, na Região Norte Fluminense, fizeram história na quinta-feira, 9 de setembro. Por dois motivos: em 20 anos de existência do Sisejufe foi a primeira vez que houve uma greve fora da Região Metropolitana do Rio. Antes já tinham parado os servidores de Niterói e São João de Meriti, mas pela primeira vez o funcionalismo do interior do estado cruzou os braços completamente. A paralisação de duas horas, de 12h às 14h, teve a adesão de mais de 90% dos servidores da Justiça Federal de Campos, o que interrompeu completamente o atendimento das duas Varas Federais, do Juizado Especial Federal, além do Apoio Administrativo e da Seman.

O segundo feito inédito protagonizado pelos servidores de Campos foi que se fez uma paralisação sem nenhum cunho salarial. Além das lutas pelos PCS's, o sindicato já mobilizou quando da Reforma da Previdência, com efeito financeiro, atual ou futuro. Os trabalhadores e trabalhadoras de Campos pararam contra a desumana política de remoção da Justiça Federal e não por aumento salarial.

“Pararam todo o serviço, sequer houve atendimento à população, dando um exemplo de civismo, já que alertaram aos outros servido-

res que esta política absurda vai fazer vítimas e mais vítimas, de forma silenciosa. É uma política de remoção que destrói famílias, destrói a saúde dos servidores, leva servidores a mudar de cidade da noite para o dia, sem nenhuma justificativa cabível, e está criando cada vez e mais servidores doentes, desmotivados e com a vida desarrumada”, afirma o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, que participou da paralisação em Campos.

O diretor sindical frisou a grandeza do ato, a aula de solidariedade e ética que os servidores de Campos deram ao reivindicar e protestar por qualidade de vida, e hipotecou a solidariedade do sindicato dizendo que o Sisejufe apoiará esta luta até o fim. “Se todos começarem a se manifestar contra esta política de remoção, a Justiça Federal terá de mudá-la. Não somos máquinas, somos seres humanos, não podemos ser manipulados como uma peça de xadrez”, disse Ponciano.

Durante a paralisação, também houve manifestação de servidores da base. Iniciando os discursos, o servidor Olker Pestana convocou os demais para a luta, ressaltando que “os servidores estão protegidos por lei! E depende de nós fazer pressão contra essa política de remoção que está sendo implementada. A política do medo não pode continuar!”. Ele complementou exemplificando que a desmotivação dos servidores é tamanha, que sequer se interessam em responder as pesquisas realizadas no foro, avaliando que é reflexo desta postura



A paralisação de duas horas teve a adesão de mais de 90% dos servidores da Justiça Federal de Campos

da Justiça Federal, que não valoriza o ser humano lotado naquela repartição.

Logo após, foi a vez da servidora Regina Rosário do Amaral discursar com bastante emoção, ressaltando que acha “inadmissível essa situação que os servidores e servidoras vêm passando”. “Pois se é garantido na Constituição a valorização da família, essa política de remoção dos servidores desrespeita isso também, pois com os deslocamentos, muitas vezes uma pessoa se vê afastada de sua família, o que acarreta em laços rompidos, quebra de vínculos. Além da total falta de apoio com este servidor que é remanejado, pois não há qualquer acompanhamento ou prazo viável para que este servidor reorganize sua vida”, destacou.

Os servidores de Campos aclamaram Olker Pestana como representante sindical de base, extra-

oficial, já que o estatuto só permite uma eleição formal junto com a diretoria, no ano que vem. “Mas ele será reconhecido pela diretoria do Sisejufe como representante deste município com a diretoria. O servidor se prontificou a fazer este trabalho e a indicação de seu nome foi unanimidade na assembleia”, explicou Ponciano.

Também foi unânime a decisão dos servidores de Campos de pararem uma ou duas horas por dia nas semanas próximas de paralisação pelo PCS, onde aguardarão indicativo de datas da Fenajufe. “Campos assim dá um grande passo para que efetivamente o sindicato se interiorize”, avaliou Ponciano. Também foi levantado a possibilidade na assembleia de criação de um polo da Região Norte do sindicato, de uma delegacia sindical e de uma possível eleição de um diretor sindical de Campos nas próximas eleições. Leia na página 4 desta edição a íntegra da Carta Aberta à População de Campos feita pelos servidores da Justiça Federal do município.

[Fonte: Roberto Ponciano e Bianca Lessa]

LEIA TAMBÉM

Sisejufe participa de seminário sobre remuneração em Campinas

Páginas 2 e 3

A íntegra do manifesto dos servidores de Campos e do Sisejufe dirigido à população

Página 4

Aposentados: servidora da Receita declara ter sido vítima do regime de subsídio

Página 6

Evento no sindicato lembra o Dia da Visibilidade Lésbica

Página 7



O SISEJUFE comemora o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência com o debate "Superando as dificuldades no mercado de trabalho e na luta sindical"

Palestrantes:

- Telma Nantes (professora de Mato Grosso do Sul)
- Flávio Henrique de Souza, coordenador do Coletivo Nacional da Trabalhadoras e Trabalhadores com Deficiência da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Viviane Pereira Macedo, tetracampeã brasileira de dança esportiva em cadeira de rodas.

Local SISEJUFE (Av. Presidente Vargas, 509, 11º andar)
☎ 2215-2443 - www.sisejufe.org.br
Terça, 21 de setembro de 2010, às 19h



SISEJUFE

Sisejufe debate

Regimes de remuneração para o Judiciário Federal
PL 6.613/2009 ou Subsídio

Painelista: Vera Miranda (Assessora de Carreira e Gestão Pública)

Debatedor pró-PL 6.613: Amarildo Vieira de Oliveira
(Secretário de Recursos Humanos do STF)

Debatedor pró-Subsídio: Marcell Manfrin Barbacena - Analista TRE-PB

Quinta-feira, 16 de setembro de 2010 – 19h
Auditório da Justiça Federal – Av. Rio Branco – Anexo 2 – 14º andar

Servidores do Sindiquinze repudiam subsídio

REMUNERAÇÃO

Sisejufe participa de debate em Campinas sobre regime de remuneração no Judiciário

Até o debatedor pró-subsídio declara que não é “lunático a ponto de tentar passar um projeto sem a anuência do STF”

Dois representantes do Sisejufe estiveram presentes no debate 1º Seminário sobre Remuneração no Judiciário, realizado pelo Sindiquinze, em Campinas (SP). O evento aconteceu no Hotel Nacional Inn, no sábado, 11 de setembro, e teve a presença de diversos dirigentes sindicais de todo o país. O Sisejufe enviou a coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do sindicato, Cristina Paiva, e o seu diretor-presidente Roberto Ponciano, também responsável pelo Departamento de Imprensa. Ponciano foi um dos convidados para participar das mesas de debate. A Fenajufe e o Sisejufe, assim como todos os sindicatos filiados à Federação, mantêm posição de não aceitar a proposta de subsídio como regime de remuneração da categoria e só retomar esta discussão depois da aprovação do PL 6.613.

Um dos convidados do seminário foi o representante do Sindicato Nacional dos Analistas do Banco Central (Sinal), Sérgio da Luz Belsito, que esclareceu como se dá o regime de subsídio, sem debater contra ou a favor. Belsito, contudo, na visão da maioria dos presentes, acabou enumerando todos os problemas que esta forma de remuneração causou no Banco Central (veja box). O servidor do Bacen fez questão de frisar que o subsídio no Banco Central só aconteceu por pressão dos novos trabalhadores que acreditavam que

teriam um aumento maior. Na verdade, segundo ele, o subsídio só foi implementado depois de três parcelas de aumento, como uma pequena parcela, que pouco influiu em termos de ganho real. [Comentário do Sisejufe: ficou claro que, mesmo que se opte pelo subsídio, o PL 6.613 não prejudica em nada a implantação posterior deste regime de remuneração – ao contrário, facilitaria.] De acordo com o servidor do Bacen, a única vantagem que os trabalhadores de lá conseguiram foi que os mais novos servidores alcançaram aumentos maiores do que na forma de vencimento básico.

O próprio representante do Bacen sinalizou um caminho para o sindicato. “Lá o subsídio foi discutido dois anos antes de ser apresentado pelo próprio sindicato. A discussão tem que ser feita pelos sindicatos e vocês não devem se dividir. Podem aprovar o projeto de vocês agora e discutir o subsídio depois”.

Já o representante da Comissão Pró-Subsídio, Alexandre Melchior Rodrigues Filho, servidor do TRE de Santa Catarina, surpreendeu a plateia, que o aplaudiu de pé, ao afirmar: “Não sou lunático, não tentaria passar um projeto sem a anuência do STF. Nós sabemos que este projeto não vai passar se o STF não quiser”. De acordo com Roberto Ponciano, “é exatamente isso que o Sisejufe vem dizendo há meses: não há mínima chance de o subsídio passar sem que o STF aceite, a não ser que a estratégia seja estrangular nosso aumento e aí, no pior dos mundos, entre o nada e o subsídio obrigar a carreira a aceitar o subsídio”.

O servidor do TRE-SC, defendeu o regime de subsídio como uma questão de justiça

e paridade. No entanto, não respondeu convincentemente às perguntas sobre as perdas que tal regime causaria e, muito menos, sobre a baixa representatividade do movimento. Quando pediu ao secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira, para que marcasse uma audiência, foi interrompido pelo presidente do Sisejufe: “Quem o elegeu como representante da categoria, que mandato você tem para nos representar e passar por cima das deliberações dos sindicatos e da Fenajufe?”. Alexandre Melchior Rodrigues Filho não replicou, apenas disse que tinha uma

razão, era minoria e foi rechaçado. Não podem vir agora impor sua vontade. Não sou contra o subsídio, pode ser que amanhã tenhamos o subsídio, mas este é um debate para depois da aprovação do PL 6.613”.

Roberto Ponciano foi veemente na defesa do PL 6.613 e da falta de representatividade do movimento pró-subsídio. “Este movimento vive de falácias, diz que devemos respeitar a democracia, mas não a respeita. Na democracia, temos que dar voz à minoria e respeitar o desejo da maioria. Eles são derrotados em todas as instâncias, mas se sentem no

tem vez. Em nenhuma democracia do mundo se leva a proposta da minoria em detrimento da maioria”. Ponciano foi aplaudido pela plateia e não teve réplica do representante pró-subsídio.

O diretor de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira (quando indagado pelo representante pró-subsídio sobre uma sonegação de informação da Fenajufe sobre a suposta proposta de subsídio pelo MPOG) disse duas coisas importantes: a) O subsídio, da forma como se encontra, é inconstitucional porque fere a independência dos poderes, já que é privativo do STF pro-

Um dos convidados do seminário foi o representante do Sindicato Nacional dos Analistas do Banco Central (Sinal), Sérgio da Luz Belsito, que esclareceu como se dá o regime de subsídio, sem debater contra ou a favor. Belsito, contudo, na visão da maioria dos presentes, acabou enumerando todos os problemas que esta forma de remuneração causou no Banco Central

abaixo-assinado com dez mil assinaturas e que os “sindicatos tinham de respeitar as minorias”. Quase a totalidade das questões formuladas pela plateia à mesa eram claramente contrárias ao regime de subsídio.

O representante da Fenajufe, Ramiro Lopez, fez questão de frisar a ilegitimidade de se discutir o subsídio agora. “Na verdade isso é uma não discussão, é uma tentativa de impor a aprovação do subsídio sem passar pelas instâncias deliberativas da Fenajufe e do debate com o STF. Foram três anos de debate na base e no STF e o pessoal do subsídio, quando propôs este tipo de remuneração,

era minoria e foi rechaçado. Não podem vir agora impor sua vontade. Não sou contra o subsídio, pode ser que amanhã tenhamos o subsídio, mas este é um debate para depois da aprovação do PL 6.613”.

Roberto Ponciano foi veemente na defesa do PL 6.613 e da falta de representatividade do movimento pró-subsídio. “Este movimento vive de falácias, diz que devemos respeitar a democracia, mas não a respeita. Na democracia, temos que dar voz à minoria e respeitar o desejo da maioria. Eles são derrotados em todas as instâncias, mas se sentem no

direito de negociar por fora e dar munção ao Ministério do Planejamento”. Ponciano, dirigindo-se ao representante da Comissão Pró-Subsídio, o questionou se ele já tinha sido eleito por alguma instância sindical e completou: “Eu fui eleito com 63% pela categoria, o Joaquim Castrillon, do Sindiquinze, com cerca de 60%. O Congresso e a Plenária da Fenajufe rechaçaram o subsídio. Agora, sem mandato, de forma autoritária, apoiados por um movimento via Internet vocês se sentem no direito de desrespeitar as instâncias deliberativas e a voz da maioria. Democracia não é isto. A minoria tem voz, a maioria

por projeto ou mesmo emenda que altere a forma de remuneração. O subsídio não é um simples aumento, mas muda completamente o caráter de remuneração do Judiciário, inclusive acabando com a discussão da carreira, já que, no futuro, só poderemos discutir índices de aumento sobre o subsídio. Amarildo lembrou, ainda, que o STF já rechaçou a possibilidade de dar o subsídio neste momento. b) Sobre uma suposta falta de interesse da Fenajufe sobre informar da proposta de subsídio por parte do Executivo, Amarildo esclareceu que houve uma proposta de subsídio por parte do Executivo, só que



SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (estagiária de Jornalismo) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff
DIAGRAMAÇÃO: Claudio Camillo **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Max Leone.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
 Papel Reciclado.
 8,6 mil exemplares.

“O subsídio é uma discussão para o futuro, no momento não há nenhuma chance de o subsídio passar e o MPOG fica usando isto como isca. Acredito na boa-fé de quem defende o movimento pró-subsídio, mas eles estão sendo usados pelo MPOG que vai lá para o jornal Correio Braziliense dizer que não pode dar aumento porque a categoria sequer sabe o que quer. Com esta divisão não teremos aumento nenhum.”

Amarildo Vieira de Oliveira
Secretário de RH do STF

nesta reunião a Fenajufe não estava presente, só os técnicos do STF e do MPOG. O STF não autorizou a divulgação da proposta naquele momento, já que foi rechaçada de imediato pelos ministros dos tribunais superiores e pelos diretores gerais. Em segundo lugar, a proposta não contemplava os técnicos com nenhum índice de aumento. A proposta de subsídio era uma armadilha: mais de 60% da categoria ficariam com aumento zero, já que esta só contemplaria os analistas, com a tabela do ciclo de gestão (Bacen, Receita) – mas em quatro anos!

Ficou claro, na fala do secretário de Recursos Humanos do STF, que não é possível aceitar algo que deixaria a grande maioria da categoria sem aumento e ainda prejudicaria os aposentados e os mais antigos. Esta é a proposta indecente do MPOG, e o STF não negocia em cima dela. “O subsídio é uma discussão para o futuro, no momento não há nenhuma chance de o subsídio passar e o MPOG fica usando isto como isca. Acredito na boa-fé de quem defende o movimento pró-subsídio, mas eles estão

sendo usados pelo MPOG que vai lá para o jornal Correio Braziliense dizer que não pode dar aumento porque a categoria sequer sabe o que quer. Com esta divisão não teremos aumento nenhum”, disse Amarildo – o mais aplaudido de todos os presentes na mesa.

A coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, Cristina Paiva, levantou questões importantes para a mesa como, por exemplo, o motivo de o movimento pró-subsídio não aceitar o PL 6.613 agora e discutir depois o subsídio e também sobre a questão da quebra da paridade entre aposentados e ativos por conta da implantação do subsídio. Os representantes do Sisejufe consideraram fundamental a iniciativa do Sindiquinze e de seu presidente, Joaquim Castrillon, que de maneira democrática abriu a discussão sobre os regimes de remuneração para a sua base – da mesma forma como fará o Sisejufe no debate programado para a noite de 16 de setembro.

* Da Redação.



Inconvenientes do Regime de Subsídio no Banco Central e a relação com o Judiciário Federal

a) Congelamento salarial e perdas dos servidores mais antigos, alguns servidores já estão com os salários congelados há quase seis anos, todos aqueles que tinham incorporações tiveram aumentos menores do que os servidores novos.

b) Perda da isonomia e da paridade. Com o subsídio, os aposentados que já não tem integralidade no vencimento e que defendiam seu salário das perdas por conta da incorporação, perderam todas as incorporações sofrendo diminuição percentual ano a ano dos seus valores em comparação aos servidores da ativa. Isto é uma perda que nem judicialmente o sindicato conseguiu reverter.

c) Perda de todas as ações judiciais: o Sindicato Nacional dos Analistas do Banco Central (Sinal) vem sendo derrotado em todas as ações judiciais de perdas salariais, já que o Judiciário considera como incorporadas todas as parcelas ao salário. Isto significa que a categoria do Judiciário Federal poderá ter de fazer uma grande renúncia judicial, abrindo mão de quintos, 11,98% e todas as ações judiciais em tramitação. Os servidores do Bacen perderam por conta do subsídio a ação dos 28%.

d) A estrutura piramidal é inerente ao subsídio e, embora não constasse do projeto, foi imposta *a posteriori* por decreto. Isto significa que os servidores mais novos que, de iní-

cio são beneficiados, acabam prejudicados já que não recebem a progressão funcional. Na estrutura piramidal, a carreira é disposta em padrões (como os nossos A, B e C), inicial, intermediário e final. No Bacen são 15% no inicial, 45% no intermediário e 55% no final. Só se sai de uma estrutura para outra quando alguém da estrutura imediatamente superior se aposenta, morre ou é exonerado. Isto significaria, com os 60% de servidores no fim da carreira no Judiciário que praticamente nenhum servidor conseguiria mais chegar ao padrão C, tendo que torcer para alguém se aposentar ser exonerado ou morrer!

Servidores da JF de Campos divulgaram manifesto e pararam dia 9 de setembro

Política de Remoção da JF Carta aberta à população de Campos dos Goytacazes

Os servidores da Justiça Federal (JF) de Campos lançam um manifesto aberto a todos os servidores, co-assinado pela direção do Sisejufe e dirigido à população de Campos dos Goytacazes. Na quinta-feira, 9 de setembro, aconteceu a primeira paralisação sindical no interior do estado do Rio de Janeiro em 20 anos de existência do sindicato. Não paramos somente pelo salário, queremos chamar a atenção da nossa categoria profissional e da sociedade contra o abuso da política de remoção da Justiça Federal: uma política que tem causado grandes transtornos aos servidores e a suas famílias. Solidarize-se, você, servidor ou servidora, pode ser a próxima vítima.

Exercer um cargo no serviço público sempre foi sinônimo de estabilidade, de garantia em que, a partir do momento da posse, o novo servidor poderia contar que durante o resto de sua vida profissional estaria seguro no seu exercício e nas condições às quais seriam inerentes à função a ser exercida.

Quando se fala em estabilidade, tem-se uma ideia restrita de que essa cinge-se apenas à garantia do trabalho e do cargo para toda a vida profissional. Todavia, a estabilidade ultrapassa esse mero conceito de “garantia de emprego” e vai tocar, especialmente, a questão das condições nas quais esse cargo é exercido. A despeito da estabilidade prevista na Constituição Federal pertinente à garantia laboral, é necessário que o servidor tenha a garantia de que exercerá suas atividades dentro de um padrão sustentável, nas condições de higiene, material, equipamentos e local normalmente aceitas, ou seja, é necessário que haja certa estabilidade nos elementos que compõem toda a esfera laboral, de forma a permitir que o servidor cumpra suas obrigações com a certeza de que a normalidade estará, em regra, presente na sua vida profissional, familiar, social.

Queremos aqui, especialmente, dar ênfase à questão do local para o exercício profissional.

Atualmente, a política de lotação de servidores levada a cabo na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) tem sido objeto de grandes discussões pelos servidores em geral; e também tem sido uma fonte de constante preocupação por aqueles que colaboram com a missão de assegurar ao jurisdicionado o acesso à Justiça Federal, gerando um clima de instabilidade e de insatisfação geral, o que diretamente repercute na execução dos objetivos e trabalhos de muitos órgãos de toda a SJRJ.

É certo que todo ente ou órgão público tem que elaborar um pla-

no de acomodação de seus servidores, de forma a atender às necessidades do serviço público, visando a sua continuidade e eficiência. Não é razoável que haja discrepâncias entre os diversos órgãos de um determinado ente público quanto ao número de servidores, de forma que é salutar a tomada de medidas que visem equalizar as diferenças existentes.

Todavia, no intento de solucionar essas diferenças de lotação, é sumamente importante considerar a pessoa do servidor com todos os aspectos e circunstâncias que o cercam, não se podendo deferir-lhe um tratamento meramente numérico, como se o mesmo fosse apenas uma peça de xadrez a ser movida ao bel prazer da administração ou para atender a sua impessoal conveniência.

O servidor, quando lotado em determinado local, para exercer as funções próprias de seu cargo, acaba por erigir toda a sua vida ao entorno da localidade ou cidade para a qual foi lotado.

Sua vida familiar, sua casa, a escola dos filhos, os médicos da família, inclusive dos menores, os tratamentos de saúde, a vida religiosa, os amigos, os esportes, parentes e tudo o mais que envolve a vida do servidor acaba por gravitar ao redor do local de trabalho de quem é responsável pela entidade familiar.

Ora, um servidor, que naturalmente tenha alicerçado toda a sua vida em determinado local, sofrerá (e a palavra é essa mesma) uma grande ruptura de diversas ordens, caso venha, abruptamente e sem sua anuência, a ser removido de local ou cidade onde trabalha.

A primeira manifestação que se seguirá à remoção compulsória será a de um servidor desmotivado e, por isso, improdutivo. Quicá adoecerá, caso haja a persistência na remoção indesejada.

O seio familiar e a prole também arcarão com as consequências danosas. Filhos e esposos distanciados involuntariamente, inexoravelmente verão a quebra de uma unidade familiar mais perfeita, a ponto de o removido tornar-se um quase estranho à realidade cotidiana de sua família. Caso opte por levar a família para o novo local, quem sofrerá especialmente as consequências serão os menores e os enfermos.

A ruptura da sequência pedagógica das crianças e jovens, certamente, lhes trará perturbação de ordem cognitiva, isso sem mencionar o meio social escolar no qual se encontram inseridos, pois que, com a mudança, importará em um recomeço que nem sempre os estudantes estão dis-

postos a enfrentar sem diversos prejuízos.

Os que necessitam de tratamento continuado são outros que sofrerão os reveses da remoção. Necessitados de um contínuo tratamento ou acompanhamento médico, terão que promover, também eles, um recomeço que nem sempre, frente à debilidade física ou psíquica, estão prontos a suportar. A relação paciente-médico estará fatalmente quebrada e poderá eventualmente importar no agravamento da patologia instaurada.

Há também a situação daqueles servidores que estão em pleno estudo, seja universitário ou de matéria diversa, os quais terão de romper com a instituição de ensino na qual depositaram sua confiança acerca da metodologia, qualidade e idoneidade.

E os cônjuges daqueles servidores que, em caso de mudança, terão que abandonar seus empre-

rado para a Capital.

A rotatividade dos magistrados no exercício de suas funções nos juízos do interior causará uma verdadeira instabilidade na composição das equipes de trabalho das secretarias e gabinetes. O chegar e partir de servidores ocasionará uma quebra na continuidade das medidas tomadas com o fito de se alcançar as metas estipuladas, prejudicando, assim, a entrega da prestação jurisdicional.

Já é fato presente o caso de servidores que nasceram em determinada cidade e ali exerciam suas atividades por anos e anos, quando abruptamente foram removidos à força para outras cidades, tendo em vista que o novo magistrado ao ocupar a vaga naquele juízo, na prerrogativa de trazer servidores de sua confiança, assim o fez, importando na “obrigatoriedade” de o antigo servidor ser expulso. Pior é que poucos

No intento de solucionar essas diferenças de lotação, é sumamente importante considerar a pessoa do servidor com todos os aspectos e circunstâncias que o cercam, não se podendo deferir-lhe um tratamento meramente numérico, como se o mesmo fosse apenas uma peça de xadrez a ser movida ao bel prazer da administração ou para atender a sua impessoal conveniência.

meses depois esse mesmo magistrado deixa o juízo para se dirigir a outro juízo com seus servidores de confiança, deixando vago o lugar que outrora fora ocupado pelo antigo servidor já remanejado para outra cidade.

Nas Varas e Juizados do interior, a situação se agrava ainda mais.

Ora, não se pode aplicar às subseções distantes da Capital os mesmos métodos deferidos às subseções próximas à sede da SJRJ. Um servidor removido de Niterói para o Rio de Janeiro, sem dúvida sofrerá as consequências de enfrentar um trânsito quase sempre congestionado. Mas em tese sofrerá apenas isso. O mesmo não se diga de um servidor de Itaperuna ou de Resende que é empur-

meses após a remoção da referida servidora, o magistrado sobre o qual nos referimos foi nomeado para exercer seu múnus em outra Subseção utilizando-se novamente de sua prerrogativa de levar consigo seus servidores de confiança, deixando o lugar vago, sem que a antiga servidora pudesse retornar à sua casa, ao seu lugar. Quem a compensará de tamanhos prejuízos?

Ainda em Campos dos Goytacazes surge uma novidade, especialmente no Juizado Especial Federal daquela subseção. É sabido que, nesse Juizado, há uma distribuição processual equivalente a de dois Juizados da Subseção de São Gonçalo. A distribuição processual do Juizado de Campos supera em muito a distribuição de outros Juizados da Seção Judiciária. Por essa razão, aquela Subseção será muito brevemente contemplada com a instalação de um novo Juizado, ou seja, o 2º Juizado. Mesmo assim os servidores do Juizado de Campos estão ameaçados de remoção compulsória, vez que há um aparente “excesso” de servidores, por isso a “necessidade” da remoção. Todavia, há que indagar-se o porquê de não manter esses servidores lotados no atual Juizado até a instalação do novo Juizado, fato que ocorrerá em pouco tempo. Não tem sentido racional remover servidores para outra subseção, gerar custos de remoção, para, a alguns meses a seguir, instalar-se um novo Juizado, e pior, trazendo pessoas de outras cidades, gerando novos custos de remoção.

Assim, o que se revela é que essa política de lotação, da forma como tem sido executada, além de ser cruel com o servidor e sua família, representa custos diretos para a administração, sem contar a queda na qualidade de rendimento das equipes desfalcadas e dos servidores removidos, contribuindo na piora do clima existente nos órgãos afetados.

Portanto, é hora de os servidores se mobilizarem. Fazer a administração enxergar os equívocos dessa política de remoção que não só trará danos ao servidor removido, mas às equipes estruturadas, sua produtividade e até mesmo à Seção Judiciária que, tendo que arcar com as despesas próprias da remoção, também deixará de cumprir mais eficazmente sua missão de “assegurar o acesso à Justiça Federal”.

Servidores da Justiça Federal de Campos dos Goytacazes

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro – Sisejufe

Seminário no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Deficientes Evento, dia 21 de setembro no sindicato, vai discutir temas como preconceito e acessibilidade

Max Leone*

Preconceito no relacionamento cotidiano, falta de acessibilidade não só no local de trabalho, mas em outras dependências públicas, dificuldades de obter informação e de locomoção, além das limitações no mercado de trabalho tanto no setor público quanto no privado, entre outros, são temas que não deixarão de ser abordados no Seminário de Comemoração do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. O movimento sindical também será foco das discussões. Promovido pelo Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, o evento acontecerá no dia 21 de setembro, às 19h, na sede do sindicato. O objetivo é levar o debate a toda a sociedade para que os deficientes possam demonstrar que são capazes de superar limites.

“Nós deficientes somos obrigados a matar mais de um leão por dia para a sociedade preconceituosa nos reconhecer mínima-

mente enquanto pessoas mais ou menos capazes. De qualquer maneira, para o senso comum, nossas capacidades nunca são plenas e estão sempre nos colocando à prova”, relata o coordenador do núcleo e diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares, que será o mediador dos debates.

Entre os palestrantes convidados, estão a professora Telma Nantes, que recentemente protagonizou um episódio em que a Prefeitura de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul (MS), não a aceitou em seus quadros, mesmo tendo sido aprovada em concurso público. A seleção previa vagas para pessoas com deficiência, mas ela não foi empossada. Também participará Flávio Henrique de Souza, coordenador do Coletivo Nacional da Trabalhadoras e Trabalhadores com Deficiência da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Viviane Pereira Macedo, tetracampeã brasileira de dança esportiva em cadeira de rodas.

“Muitos de nós procuram ven-



Foto: Henri Figueiredo [28 de maio de 2009]

Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe promove encontros periódicos para discutir acessibilidade

cer o preconceito. Nós já demonstramos que somos capazes. Mas ainda existe aquela história. Se cometemos um erro é devido à deficiência. Não é bem assim. Todo ser humano pode errar. Temos que acabar com isso. Preconceito e inacessibilidade ainda são fortes e tentam impedir nossa superação”, explica Dulavim de Oliveira Lima Júnior, diretor do Sisejufe e integrante do

Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato.

De acordo com Dulavim, um dos pontos discutidos será o que trata da luta pelo acesso à informação. “Temos que lutar, por exemplo, pela democratização do livro acessível. Assim teremos direito à informação”, afirma.

O Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes foi instituído pelo movimento social durante

Encontro Nacional, em 1982. A data escolhida (dia 21 de setembro) se deve ao fato da proximidade com primavera e ao dia da árvore numa representação do nascimento das reivindicações de cidadania e participação plena em igualdade de condições. O dia foi criado pela Lei 11.133 de 14 de julho de 2005.

*Da Redação

Sindicato marca presença em congresso Sul-Americano

O Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe marcou presença no 2º Congresso Sul-Americano sobre Direito do Estado e Inclusão Social. Realizado em São Paulo, nos dias 11 e 12 de agosto, o evento discutiu temas importantes e polêmicos como a questão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, a situação atual dos afrodescendentes no Brasil, do índio na sociedade brasileira, entre outros assuntos. O núcleo foi representado pelos diretores do sindicato Dulavim de Oliveira Junior e Ricardo de Azevedo Soares.

“O congresso serviu para fazermos um levantamento da situação das pessoas com deficiência em toda a América do Sul e concluirmos que todos nós ainda estamos engatinhando no que tange a acessibilidade, por exemplo”, avalia Ricardo Soares, coordenador do Núcleo de Pessoas com



Foto: Arquivo pessoal

Professora Telma Nantes Matos

Deficiência do Sisejufe.

Vários advogados públicos deficientes visuais participaram do congresso. Um dos destaques do evento, o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, primeiro juiz cego do país, abordou em sua palestra o preconceito e a discriminação na sociedade brasileira, inclusive por parte da magistratu-

ra, ao julgar conflitos envolvendo pessoas com deficiência.

De acordo com Ricardo Soares, o desembargador se contrapôs aos juristas que entendem que as normas dos direitos sociais constantes da Constituição Federal são apenas de conteúdo programático, sendo efetivadas apenas e tão somente na medida do possível. O juiz disse ainda que entende que por serem direitos sociais, deveriam ser mais um motivo para aplicação imediata e não postergados para um dia no futuro.

“Sem dúvida foi a melhor palestra de todo o congresso e com uma posição corajosa, tanto política, quanto jurídica”, comentou o diretor do Sisejufe Dulavim Junior, referindo-se ao discurso do juiz.

Palestras na Justiça Federal – Nos dias 3 e 5 de agosto, os diretores do Sisejufe Ricardo de



Foto: AE/Internet

Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca

Azevedo Soares e Dulavim de Oliveira Júnior participaram de palestras para esclarecer como os servidores do Judiciário e os funcionários terceirizados da Justiça Federal devem proceder no trato com a pessoa deficiente. O primeiro evento ocorreu na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJR), da avenida Rio Branco.

No segundo dia foi a vez do pessoal da avenida Venezuela participar. Os diretores do sindicato,

explicaram aos terceirizados da limpeza como eles devem agir ao abordarem os usuários dos serviços do Judiciário e até mesmo os servidores deficientes em geral. A palestra, segundo Ricardo de Azevedo Soares, é uma antiga reivindicação do sindicato e visa melhorar cada vez mais o trato dos deficientes nas dependências da Justiça Federal. (Max Leone)

* Da Redação.

Servidora aposentada da Receita Federal declara: “Sou uma vítima do Subsídio”

Aposentados Evento do Núcleo de Aposentados e Pensionistas discutiu regime de remuneração na carreira

Tatiana Lima*

A declaração foi realizada durante a palestra “Remuneração sob forma de subsídio para o servidor público federal e o impacto sobre as aposentadorias e pensionistas – verdade e críticas”, organizada pelo Núcleo dos Aposentados, na terça-feira, 31 de agosto, às 15h, que contou com a presença da auditora fiscal da Receita Federal do Brasil, Clemilce Sanfim Carvalho.

A mesa de abertura contou com a presença da coordenadora do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe, Lucilene Lima Araújo, e da diretora e coordenadora do Departamento Jurídico Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, além do dirigente sindical Roberto Ponciano. Os diretores agradeceram a presença de todos e reafirmaram a necessidade da defesa da paridade entre ativos e inativos.

Clemilce Carvalho, com a voz embargada diante de um auditório lotado de aposentados da Justiça Federal, além de outros servidores, a auditora fiscal apo-

sentada disse: “Sou uma vítima do subsídio. Estou aqui para contar a vocês”. Os servidores da Receita Federal mudaram de sistema remuneratório em 2008. “O subsídio é um descrédito. Um desfazer até do mérito do sentido público”.

Segundo a auditora fiscal, por definição em dicionário, a palavra subsídio não caracteriza uma forma de pagamento a pessoas. O subsídio é um auxílio, dado para prover algo. Em geral, é aplicado em políticas específicas como agricultura, entre outros. “Quem tem cabelo branco como eu sabe, por exemplo, que na era do Juscelino Kubistcheck foi onde a moda do subsídio começou. Era subsídio pro álcool, subsídio para exportação. Subsídio é um tipo de ajuda, e servidor público, tem de ser remunerado e não receber auxílio”, defendeu. E completou: “Ser servidor público é ser agente do estado, não é ser um negócio”.

Para Clemilce Carvalho, a carreira do trabalhador público é construída ao longo dos anos. Esta premissa deve ser respeitada e



Fotos: Tatiana Lima

Clemilce: “Não é certo colocar todo mundo num sistema de remuneração que limita e retira vantagens”

compreendida pelos servidores ativos que ingressam na carreira agora. “Os antigos trabalham com os novos em grupos, orientam e ensinam toda a rotina. Por isso, não é certo comparar todo mundo e colocá-los num sistema de remuneração que limita e retirar todas as vantagens conquistados pelos servidor público ao longo de uma trajetória”, ponderou.

* Da Redação.



Os diretores sindicais Lucilene Lima, Ponciano e Vera Lúcia compuseram a mesa

Entrevista Clemilce Sanfim Carvalho

Contraponto – Durante a palestra, senhora enfatizou que é uma vítima do sistema de remuneração por subsídio. Por que senhora considera esse sistema ruim como forma de remuneração dos servidores públicos?

Clemilce – Porque o subsídio desconsidera todas as vantagens pessoais que o servidor conquistou durante todo o seu exercício numa determinada carreira. Então, uma gratificação como anuênio que leva em consideração o número de anos que o trabalhador está na instituição, a gratificação de produtividade ou qualquer outra que o servidor tenha, mesmo que conquistado através do Poder Judiciário etc., isso tudo fica englobado num único valor. O subsídio é bom para quem está entrando na carreira agora e que ainda não tem esses agregados em seu salário, porque ele iguala todo mundo. Porém, aquele graduado mais antigo que estava no topo da carreira, ele vê a remuneração dele às vezes condicionada a um teto e leva muito tempo sem receber qualquer promoção, sem sair do lugar. Porque no sistema de subsídio, aquilo que ultrapassa um teto determinado na carreira, fica



“Servidor público não tem que receber auxílio. Ele tem é que receber remuneração”.

como um complemento, que fica sendo pago junto com o salário. Vamos para um exemplo. Se uma pessoa ganha R\$ 12 mil e o teto do subsídio é R\$ 10 mil. Essa pessoa vai ganhar percentual de reajuste apenas em cima dos 10 mil e ganhará os outros 2 mil como complemento. Quando vier um aumen-

to que os outros tem, essa mesma pessoa vai receber o salário indicado no teto, por exemplo, R\$ 10,5 mil, mais o complemento, que agora será de R\$ 1,5 mil. No bruto, na soma das duas parcelas ele não tem nenhuma vantagem, o servidor não sai do lugar. A verdade é que ele não recebeu aumento algum. Assim, no caso dos mais ativos mais antigos, inativos e pensionista, eles não vão sair do lugar na carreira.

Contraponto – Então, o sistema de remuneração através do subsídio não traz nenhuma vantagem para a categoria?

Clemilce – A vantagem alegada pelos defensores do subsídio é a paridade. Até a implantação do subsídio, pelo sistema remuneratório que existe agora, eles atribuíam gratificações ao pessoal antigo e os aposentados não tinham nada. A partir do subsídio o que governo der para os ativos também precisar dar para os inativos, ou seja, os aposentados. Porém, o teto limita o ganho da pessoa. Então, aqueles que tiveram cargos altos de direção e tal, isso tudo é desconsiderado.

Contraponto – E para o aposentado, a aplicação do subsídio também representa uma desvantagem?

Clemilce – É a mesma coisa. O aposentado que estiver no teto ou

acima do teto limite de remuneração da função, ficará esperando todos os outros servidores crescerem, porque só depois que todos chegarem ao teto limite, é que alguém poderá efetivamente seguir com a carreira e ganhar de fato um aumento. Então, com o subsídio não se pode tratar de maneira diferente todo um agrupamento. Alguns terão aumento, outros, ficarão estagnados. Então, aqueles servidores públicos que chegaram na carreira antes, que lutaram, conquistaram direitos e exerceram ao longo dos anos um cargo, estarão sendo penalizados agora com aplicação do sistema de remuneração pelo subsídio. É injusto. Existe uma paridade, mas ela só é a garantia a partir do subsídio não poder dar mais gratificações para o ativo, nada. Acaba o sistema de gratificação com o subsídio. Nivela todo mundo num teto limite, o servidor mais antigo e o mais novo. É injusto com o servidor antigo que tem uma trajetória. No sistema de remuneração do subsídio quando o servidor se aposenta, ele não leva vantagens de gratificações nenhuma. Soma-se tudo que o servidor tem e enquadra ele num dos valores da tabela. Então, ele passa a ter uma única linha de pagamento. Já no sistema atual, são valores diferenciados. Tem alguns que tem anuênio, onde cada ano de serviço ganha 1%, tem

outros que têm gratificações de merecimento etc. Já no subsídio, todos são igualado num valor só e ponto. É muito bom para quem está chegando. No entanto, isso não é uma forma justa e nem correto de pagar a servidor público. Uns ganham, outros ficam parados.

Contraponto – Porque a senhora aconselha ao servidor do Judiciário Federal não aceitar o regime de subsídio?

Clemilce – Porque a experiência dos servidores públicos que já entraram neste sistema, os da Diplomacia, da Polícia Federal, do Fisco, a experiência mostra que há desvantagens significativas para a carreira e para o bolso do servidor público. No grupo Fisco, ao qual pertencço, 10% dos servidores estão parados na carreira e vão continuar por muitos anos. Não tiveram nenhuma vantagem com a aplicação do sistema de subsídio. No Banco Central, 1,2 mil servidores também não obtiveram nenhuma vantagem. Subsídio pela legislação, ou pelo dicionário, em qualquer fonte que se consulte é um auxílio. E servidor público não tem que receber auxílio. Ele tem é que receber remuneração.

Sisejufe lembra o Dia da Visibilidade Lésbica

Gênero Preconceito, discriminação e a situação das lésbicas no mercado de trabalho foram temas do encontro

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Numa sociedade em que a norma é a heterossexualidade, se os cidadãos e as cidadãs de diferentes orientações sexuais não se organizarem, lutarem por visibilidade e por legislações que punam a homofobia e a lesbofobia, estarão sempre à margem do direito e sujeitos à discriminação, ao preconceito e à violência sexista. Com a consciência de que esse quadro precisa mudar, o Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe organizou na noite de 31 de agosto, no auditório do sindicato, um debate em lembrança do Dia da Visibilidade Lésbica, comemorado no país em 29 de agosto. O evento, mediado pela diretora sindical Cristina Paiva, teve como debatedoras a assessora técnica do Movimento D'ELLAS, Paula Theodoro; Virgínia Figueiredo, da Liga Brasileira de Lésbicas; e Marcelle Esteves, do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, também representante da Coordenação Projeto Laços e Casos: Mulheres, Desejos e Saúde.



Cristina Paiva

O Dia da Visibilidade Lésbica nasceu em 1995. Naquele ano aconteceu o 1º Seminário Nacional de Lésbicas, que reuniu mais de cem lésbicas de vários estados para debater, discutir, pensar, falar, expor ideias relacionadas a essa questão. E para homenagear essa disposição nesse encontro ficou deliberado que o dia 29 de agosto seria o dia da resistência e da luta pela construção de um modelo de sociedade mais inclusivo e plural. A coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, Cristina Paiva, abriu o evento saudando as mais de 30 presentes e apontando a necessidade de o movimento sindical divulgar essa luta. “Temos a certeza de contribuir com todo debate que signifique o empoderamento das minorias, e o Dia da Visibilidade Lésbica traz isso à tona, de dar voz e pautar a situação das lésbicas ontem e hoje, para diminuir cada vez mais a discriminação”, disse Cristina.

Uma das convidadas, a servidora da Ministério da Fazenda Virgínia Figueiredo, representante da Liga Brasileira de Lésbicas, desenvolve um trabalho dirigido às instituições públicas que acolhem adolescentes. De acordo com Virgínia, essas instituições não estão preparadas para receber meninos e meninas que não sejam heterossexuais – o que gera, quase sempre, isolamento e agressões. “O trabalho voluntário que faço é justamente conversar com os educadores sociais dessas casas:



Debatedoras: Virgínia, Paula, Marcelle e a diretora sindical Cristina Paiva no debate sobre a visibilidade lésbica

é uma trabalho de sensibilização para que se entenda essa diversidade”, disse. Ela ainda lembrou que, mesmo no atual Censo do IBGE, não se quantifica a questão da orientação sexual. “Geralmente eu falo sobre educação não sexista, não machista e não homofóbica. Paulo Freire tinha uma frase belíssima: ‘A educação é uma porta para a liberdade’. E nós queremos ter mais visibilidade para um dia conseguir sermos invisíveis – a luta é essa, queremos visibilidade para garantir direitos...



Virgínia Figueiredo

quem sabe um dia poderemos viver ‘invisíveis’ como todo mundo na sociedade”.

A principal luta hoje no Brasil do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros) é pela aprovação do Projeto de Lei 122/2006, que criminaliza a homofobia. As debatedoras relacionam a aprovação deste PL com o Estatuto da Igualdade Racial que, mesmo não tendo acabado com o racismo, criou mecanismos legais de combate a essa discriminação.

Para a debatedora Marcelle Esteves, assistente social que é integrante do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, o foco do movimento é a questão da lesbofobia dentro do mercado de trabalho, principalmente quando a mulher traz uma aparência mais masculinizada. “As lésbicas mais femininas só vão sofrer a lesbofobia se assumirem sua orientação sexual. Há um estigma muito ruim de que toda a lésbica quer ser um homem. E não é isso: quando se vive o processo da diversidade sexual também há a diversidade de lésbicas. Este estigma é cruel, o estereótipo é cruel”, afirmou Marcelle.

A *webdesigner* Paula Theodoro, assessora técnica do Movimento D'ELLAS, lembrou que a Lei Maria da Penha é a primeira e única lei no Brasil que trata da questão da orientação sexual. “A questão do PL 122 ainda está muito complicada por conta do fundamentalismo religioso na bancada conservadora no Congresso. Porque, pelo PL 122, não se poderá



Marcelle Esteves

mais falar, por exemplo, que a homossexualidade é pecado”, diz Paula. Segundo ela, as pessoas ainda têm medo de discutir este tema, ou de levantar a bandeira LGBT, por medo de serem confundidas como homoafetivas. “Há a questão das igrejas que atacam o movimento LGBT como se fosse destruidor da família, mas a questão da família há muito tempo precisa ser revista mesmo dentro das igrejas – um exemplo hoje é o grande número de mulheres que são as chefes de família. Há outros formatos de família que não o preconizado pela Igreja”, completa.

*Da Redação.



Paula Theodoro





Servidores do Judiciário declaram seus votos em 3 de outubro

Contraponto abre espaço democrático para a categoria opinar sobre as eleições

Às vésperas das eleições de 3 de outubro, o país vive o clima intenso da campanha eleitoral. Debates, propaganda na TV e no rádio, distribuição de santinhos pelas ruas e cartazes pendurados pelos mais diversos espaços. Em casa, no trabalho, no supermercado, no ônibus, no trem ou no metrô também é comum pelo menos ouvir ou fazer um comentário a respeito dos candidatos preferidos que receberão votos nas urnas eletrônicas. Ciente da importância das eleições para vida de todos os brasileiros, o Contraponto quis ouvir os servidores do Judiciário Federal no Rio sobre suas opções de voto e sobre a que eles esperam que o Brasil siga após a abertura das urnas e a contagem dos votos. Na coluna “Voto Aberto”, alguns servidores tiveram a coragem de dar “cara a tapa” e confirmaram a pluralidade da categoria – sempre respeitada pela direção do Sisejufe. A categoria no Rio, ao passo em que se mobiliza pela aprovação do PL 6.613/2009, também está preocupada e atenta com o futuro melhor para o país. Confira o que pensam alguns servidores e como eles vão votar em 3 de outubro. [Max Leone – Da Redação]



Roberto Ponciano – Diretor do Sisejufe

“Para presidente, meu voto vai para Dilma Rousseff (PT). Apesar dos problemas do nosso PCS, o Brasil não pode andar para trás. Depois de 8 anos de ‘privataria tucana’, voltamos a crescer, a empregar e matar a fome do povo, isto tem que continuar. Mas é eleger e paralelamente continuar nossa luta pelo PCS e por conquistas sociais no país. Para governador, vou de Sérgio Cabral (PMDB), apenas pela cooperação com o Lula – não é o melhor, é o menos ruim, é só para não eleger um ‘demotucano’ que jogue o Rio de novo no atraso. Mas lamento não haver uma candidatura petista para o governo do estado. Cabral confunde segurança pública com repressão e não sabe negociar com os trabalhadores, ao contrário de Lula. Senadores serão Lindberg Farias (PT), o único senador de esquer-

da com chance, já que os outros melhores colocados são conservadores e reacionários. O outro voto para senador será em Wladimir Mutt (PCB), para votar na esquerda, para não ajudar os conservadores a se elegerem. Nosso Senado é muito conservador e atrasado. Na verdade, temos de discutir a extinção do Senado, que é uma força de atraso. Para deputado federal voto em Cláudio Vigilante (PT), presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói, honesto, piqueteiro, de luta, não vai nos trair. É um sindicalista em Brasília para nos ajudar em nossos pleitos. E deputado estadual fico com Robson Leite (PT): ele começou nas Comunidades Eclesiais de Base, é professor de pré-vestibular comunitário, funcionário público, outro que não vai nos trair, tem compromisso e ideologia”.

Mário Cesar Pacheco – Analista Judiciário da 2ª JEF

“Para presidente da República, eu privilegio quem apresenta projeto viável que resulte em diminuição da desigualdade social e regional. Neste sentido, o Governo do Lula é campeão e o José Serra (PSDB) não apresentou qualquer projeto que melhore o que está ocorrendo. Assim, fico obrigado a votar na Dilma Rousseff (PT), mesmo com medo do pré-sal. No primeiro turno tentarei privilegiar a conduta ética de Marina Silva (PV) e estimular a concorrência votando nela. Mas no segundo turno terá de ser voto em Dilma. Para governador será Fernando Ga-

beira (PV). O considero honesto e é o único que tem proposta de fim definitivo das favelas por meio da implantação de 23 polos de desenvolvimento, incluindo o interior do estado, junto com projetos de reorganização do transporte público, moradia e criação de centro de comércio e lazer. Os senadores, por enquanto, serão Milton Temer (PSOL), por sua história ética, e acho que terá de ser Lindberg Farias (PT), por sua juventude e bom trânsito no governo federal. Meu candidato a deputado estadual é o Carlos Minc (PT) ou Nilton Salomão (PT), por



total honestidade. E deputado federal fico, por enquanto, entre Miro Teixeira (PDT) e o Jorge Bittar (PT), por suas histórias pessoais e honestidade”.

Vinícius Lisboa da Costa – Analista Judiciário – TRT

“Eu vou votar nos candidatos e candidatas do PSTU porque José Serra (PSDB) representa a volta da antiga direita, a volta da era FHC. E ninguém quer que isso se repita. Dilma Rousseff (PT) é a continuidade do governo Lula, que, apesar da sua popularidade, aplicou a mesma política neoliberal de Fernando Henrique. Nós, servidores públicos, sabemos muito bem o que representou o neoliberalismo nesses dois governos: perda de direitos, reforma da Previdência e agora a ameaça de congelamento salarial por dez anos, já aprovada no Senado, sem falar na política de não conceder o nosso reajuste salarial neste ano. Não há grandes diferenças entre os principais candidatos, seus partidos e programas de



governo. Todos eles vão priorizar interesses dos banqueiros e grandes empresários e nenhum vai escapar dos escândalos de corrupção. Eis meus candidatos: presidente Zé Maria, que é metalúrgico; governador: Cyro Garcia,

bancário e professor; senadores Heitor Fernandes, funcionário dos Correios, e Claiton Conffy, da Petrobras; deputado federal: André Bucaretsky, o Buca, também da Petrobras; e deputada estadual: Patrícia Mafra, professora”.

Leonardo Couto Chueri – Técnico Judiciário Informática – TRE

“Meus candidatos são pontuados por suas posturas pessoais e de seus partidos, principalmente o partido. Se meu candidato prioritário não é o primeiro colocado em pesquisas e, de acordo com as pesquisas ainda há chance de posicionar alguém compatível e na ordem de prioridade ao menos no segundo turno este será o meu candidato. Se há chance de candidatos que sejam a antítese de minhas posturas ganharem, eu voto automaticamente no segundo colocado para evitar mal pior. Não restando outra alternativa voto no candidato mais próximo de minhas ideias. No segundo turno eu voto naquele com posturas mais próximas a minha ou, entre os males o menor, a possibilidade de anular



em caso de não distinguir candidatos de menor mal. Minhas posturas e alinhamentos são de esquerda. Os partidos que habilitarei em ordem: PSOL, PSTU e PCB. O PT demonstra incompa-

tibilidade de ação ao programa original. Não o descarto de todo por ‘ainda’ haver no quadro do partido indivíduos compatíveis com este programa. Para presidente, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL); governador: Fernando Gabeira (PV), pelo menor mal, mas posso mudar para PSOL até as últimas pesquisas. Senador: Milton Temer (PSOL), pelas posturas compatíveis e Lindberg Farias (PT), que é o menor mal. Para deputado eu voto em programas, ideia e alinhamento político nesta ordem. Minhas escolhas são: deputado federal: Chico Alencar (PSOL), pelo programa e execução ou Alessandro Molon (PT); e deputado estadual: Marcelo Freixo (PSOL)”.